

A.1.4

EM WASHINGTON

# CHISSANO CONSIDERA BEM-VINDA DECLARAÇÃO DA RENAMO SOBRE ELEIÇÕES

● Mas diz que é inaceitável que o processo eleitoral seja realizado sem a desmobilização das forças armadas

por Ramos Miguel, nosso correspondente

O Presidente Joaquim Chissano disse que é bem-vinda a declaração da Renamo de que deseja que as eleições tenham lugar até Outubro de 1994, mas afirma ser inaceitável a pretensão do movimento de Afonso Dhlakama para que o processo eleitoral seja realizado sem a desmobilização das forças armadas. Chissano, que acredita na existência de factores internos, no seio da Renamo, que não querem o fim do presente processo, sublinha que há nos Estados Unidos da América uma avaliação correcta do que se passa em Moçambique, e que entidades oficiais americanas se comprometem a encorajar a Renamo a seguir um caminho razoável. O Chefe do Estado diz acreditar que apesar dos problemas que se apresentam na aplicação do acordo de paz, ainda é possível realizar eleições no próximo ano, e que responsáveis americanos com quem se reuniu em Washington pensam que há diferença entre o conflito moçambicano e os casos angolano e sul-africano.

Reagindo ao comunicado do Conselho Nacional da Renamo, datado de 24 de Setembro, e que sugere a realização das eleições antes do acantonamento das forças, Chissano disse que "isso é totalmente contrário ao acordo de paz, pelo que é inaceitável, porque nós não queremos eleições sem a desmobilização das forças do Governo e da Renamo; queremos eleições com um único Exército".

O Conselho Nacional da Renamo, dirigido por Afonso Dhlakama, afirma que o seu partido está disposto a participar nas eleições, mesmo com os dois exércitos intactos, mas o Presidente Chissano diz que o Governo não concorda em que o processo eleitoral se realize enquanto a Renamo tem forças nas suas bases, e as forças armadas nos seus quartéis.

Joaquim Chissano explicou que isso é contra o Acordo Geral de Paz, além de que seria difícil controlar o processo eleitoral com forças dispersas no país. "O que depreendo do comunicado do Conselho Nacional da Renamo é que eles querem manobrar no sentido de não irem para o acantonamento", disse.

Relativamente à desmobilização das milícias, exigida pelo Conselho Nacional da Renamo, o Presidente da República disse que "o Governo oferece aquilo que vem na proposta do novo calendário do Secretário-Geral das Nações Unidas, que é iniciar o desarmamento das milícias ao mesmo tempo que a Renamo inicia o processo de retirada para o acantonamento. Não estamos a exigir o desarmamento simultâneo, mas pelo menos que se inicie a retirada para os centros de acomodação".

Quanto aos "Naparamas", Chissano diz que o Governo não tem nenhum

controlo sobre eles, mas que o seu desejo é desarmar toda a população que esteja armada ilegalmente, incluindo os "Naparamas" e outros grupos que estejam armados ilegalmente, mas é preciso que haja um gesto da parte da Renamo que indique à população que já não há perigo e que as populações não precisam de se autodefender. Portanto, é bem-vinda a declaração da Renamo de que deseja que as eleições tenham lugar até Outubro de 1994, porque isso é o desejo do povo moçambicano e da comunidade internacional.

O Presidente moçambicano considerou, contudo, que o comunicado do Conselho Nacional da Renamo tem duas partes: uma que fala do desejo e a outra que mantém as condições que já foram rejeitadas tanto pelo Governo como pela comunidade internacional.

"A Renamo não teria que falar de fazer a campanha eleitoral apê, porque já tem alguns veículos que foram comprados com a participação de doadores internacionais, além de que sabe que para a campanha eleitoral haverá a disponibilização de fundos, pelo menos para a Renamo, mas creio que também vão ser feitos esforços para que outros partidos tenham, igualmente, alguma coisa da comunidade internacional", disse o Presidente Joaquim Chissano.

Adiantou acreditar que se conclua, em tempo útil, o processo preparatório de modo a que as eleições possam ter lugar no próximo ano, porque "da análise que se faz ao comunicado da Renamo se conclui que há lugar para esclarecimento, porque eu penso que os membros do Conselho Nacional da Renamo necessitam, realmente, de

ter muitos esclarecimentos do que se passa e do que a comunidade internacional está a pensar, para tomar decisões relativamente ao Acordo Geral de Paz".

Chissano rejeitou o argumento da Renamo de que é impossível criar um Exército nacional, afirmando que isso pode-se fazer "desde que eles colaborem. Tudo pode ser feito a tempo, de modo a que toda a actividade eleitoral se passe sem problemas".

Referiu que as Nações Unidas vão tomar medidas sobre a Polícia, em conformidade com aquilo que foi aprovado em Maputo, reafirmando que o Governo moçambicano vai cumprir o acordo a que se chegou no recente encontro Chissano/Dhlakama sobre a administração territorial.

Joaquim Chissano disse ainda que a ausência da liberdade de movimento das pessoas nas zonas da Renamo "é a mais grave violação do Acordo Geral de Paz, porque os membros da Renamo andam em Maputo e em todo o país".

O Chefe do Estado afirma acreditar que haja, no seio da Renamo, gente que "não quer o fim deste processo, porque talvez esta situação, actual, serve melhor os seus interesses pessoais e egoísticos, dado que não é concebível que o Presidente da Renamo tenha manifestado muito boas intenções à sua chegada a Maputo perante a Imprensa e que durante as conversações comigo tenha mostrado um grande optimismo e tenha discutido muito serenamente para depois começarem a aparecer várias interpretações. Estou em crer que essas interpretações não devem ser do Presidente da Renamo. E por isso que digo que deve haver dentro da

Renamo gente que tem outros interesses.

O Presidente da República concluiu a sua visita a Washington no sábado, e declarou haver nos Estados Unidos da América uma avaliação correcta do que se passa em Moçambique e que entidades governamentais pensam que há diferenças entre o caso moçambicano e a situação em Angola e na África do Sul, "mas compreendem que algumas posições tomadas pela Renamo são semelhantes a posições tomadas pela UNITA".

Sobre o que Washington pode fazer para acelerar a implementação do acordo de paz, Joaquim Chissano afirmou haver a promessa de se encorajar a Renamo a seguir um caminho razoável, de prosseguir com o apoio financeiro à ONUMOZ, à reintegração dos refugiados e desmobilizados e ao processo eleitoral, entre outras acções.